

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n2e26352>

Ecos do passado: a educação de surdos sob as perspectivas de Menezes Vieira e Tobias Leite no Relatório 26^a Questão

Echoes of the past: deaf education from the perspectives of Menezes Vieira and Tobias Leite in the Report 26th Question

Ecos del pasado: la educación de los sordos desde las perspectivas de Menezes Vieira y Tobias Leite en el Informe 26^a Cuestión

Aline Lima da Silveira Lage

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7786-5529>

José Raimundo Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3922-1105>

Regina Maria de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4880-4361>

Resumo: Em preparação para o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, que seria realizado em 1883, dois pareceres sobre educação de surdos foram redigidos. Menezes Vieira e Tobias Leite, professores vinculados ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil, registraram, cada qual desde orientações teóricas e práticas, aspectos que consideram essenciais na recente arte de educar os surdos. Tem-se por objetivo analisar o documento 26^a Questão e refletir sobre possíveis incidências das perspectivas daqueles educadores até a atualidade. Trata-se de uma pesquisa documental que serve dos pareceres enquanto obras do passado que permitem estabelecer um diálogo sobre concepções pedagógicas. Por uma abordagem foucaultiana, busca-se na análise do discurso, elementos que contribuam para a problematização de um ideal de surdos educável. Dentre os resultados, considera-se que a retomada de tais documentos aponta para a complexidade da educação de surdos no Brasil no contexto imediatamente posterior do Congresso de Milão (1880); que a popularização dos textos de Vieira e Leite exemplificam desafios que permanecem atuais como o de uma educação bilíngue; que o panorama proposto pelos pareceres é uma fonte histórica provocativa e que há um campo fecundo da história da educação no Brasil a ser mais explorado. Conclui-se que ecos do passado ressoam ainda na educação de surdos, desafiando educadores a reconsiderar nos discursos, regularidades a serem problematizadas.

Palavras-chave: 26^a Questão Congresso da Instrução; Educação de Surdos; Menezes Vieira; Tobias Leite.

Abstract: In preparation for the Rio de Janeiro Education Congress, which would be held in 1883, two opinions on deaf education were written. Menezes Vieira and Tobias Leite, teachers affiliated with the Imperial Institute for the Deaf-Mute of Brazil, each recorded, from theoretical and practical guidelines, aspects that they considered essential in the recent art of educating the deaf. The objective of this study is to analyze the document 26th Question and reflect on possible impacts of the perspectives of those educators up to the present day. This is a documentary research that uses the reports as works from the past that allow for the establishment of a dialogue on pedagogical concepts. Using a Foucauldian approach, the analysis of the discourse seeks elements that contribute to the problematization of an



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

educable ideal for the deaf. Among the results, it is considered that the resumption of such documents points to the complexity of deaf education in Brazil in the context immediately after the Milan Congress (1880); that the popularization of Vieira and Leite's texts exemplify challenges that remain current, such as bilingual education; that the panorama proposed by the reports is a provocative historical source and that there is a fertile field of the history of education in Brazil to be further explored. It is concluded that echoes of the past still resonate in the education of the deaf, challenging educators to reconsider the discourses and regularities to be problematized.

Keywords: 26th Question of the Education Congress; Education of the Deaf; Menezes Vieira; Tobias Leite.

Resumen: En preparación para el Congreso de Educación de Río de Janeiro, que se realizaría en 1883, se escribieron dos informes sobre la educación de los sordos. Menezes Vieira y Tobias Leite, profesores vinculados al Instituto Imperial para Sordomudos de Brasil, registraron cada uno, a partir de orientaciones teóricas y prácticas, aspectos que consideran esenciales en el arte reciente de educar a los sordos. El objetivo es analizar el documento 26ª Cuestión y reflexionar sobre los posibles impactos de las perspectivas de esos educadores hasta el día de hoy. Se trata de una investigación documental que utiliza los relatos como trabajos del pasado que permiten establecer un diálogo sobre conceptos pedagógicos. Utilizando un enfoque foucaultiano, el análisis del discurso busca elementos que contribuyan a la problematización de un ideal educable para las personas sordas. Entre los resultados, se considera que la reanudación de tales documentos apunta a la complejidad de la educación de los sordos en Brasil en el contexto inmediatamente posterior al Congreso de Milán (1880); que la popularización de los textos de Vieira y Leite ejemplifican desafíos que siguen vigentes, como el de la educación bilingüe; que el panorama propuesto por los informes es una fuente histórica provocadora y que existe un campo fértil de la historia de la educación en Brasil para ser más explorado. Se concluye que ecos del pasado aún resuenan en la educación de los sordos, desafiando a los educadores a reconsiderar las regularidades en los discursos a problematizar.

Palabras clave: 26ª Cuestión del Congreso de Educación; Educación para sordos; Menezes Vieira; Tobías Leite.

1 Introdução

Nos últimos anos no Brasil, há um movimento de retorno à história da educação de surdos expresso em produções de vários programas de pós-graduação (Lage, 2019; Souza; Rodrigues, 2021; Vieira-Machado *et al.*, 2024; Silva, 2015). O passado com seus escritos apresenta-se como frutífero terreno para incursões investigativas. Rompendo com uma história única, canonizada por uma série de bibliografias, outras possibilidades de se reler a história da educação dos surdos têm possibilitado o acesso, a análise e a problematização desde documentos pouco conhecidos em âmbito nacional.

Este artigo tem por objetivo analisar o documento 26ª *Questão* que contém dois pareceres de profissionais vinculados à educação de surdos no Brasil do século XIX. A análise do documento procura problematizar possíveis incidências das perspectivas de Menezes Vieira e Tobias Leite até a atualidade. Os textos foram escritos para um congresso que não chegou a ser realizado, o da Instrução, previsto para o ano de 1883. Entretanto, os pareceres previamente entregues foram compilados e publicados no ano de 1884, legando-nos conhecer os posicionamentos

daqueles educadores que atuavam diretamente no Instituto de Surdos-Mudos do Brasil, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Após essa introdução, que já traz elementos do aporte metodológico, o artigo está organizado em três movimentos que se complementam antes das considerações finais. Iniciamos por uma contextualização que contribui para situar o documento a ser analisado num quadro mais amplo, desde uma grade de inteligibilidade, que considera as práticas de educação de surdos atravessadas pelo Iluminismo e Empirismo. Num segundo movimento, consideramos as biografias de Menezes Vieira e Tobias Leite e suas perspectivas pedagógicas. O terceiro movimento detém-se, especificamente, sobre o documento do século XIX, 26ª Questão. Encerramos com considerações que nos desafiam a continuar pensando esse lastro na história da educação de surdos no Brasil e seus ecos na atualidade.

Desde a abordagem foucaultiana, nosso aproximar sobre documentos históricos, cujas grafias foram mantidas como no original, se dá como uma arqueogenealogia do presente. O documento não se apresenta a nós como algo morto ou peça sobre a qual procuraremos provas para atestar verdades. O documento se revela como aquele que nos provoca e sugere o indagar mais profundo acerca das raízes dos problemas percebidos. Castro (2009) nos auxilia a compreender essa perspectiva proposta por Foucault:

A arqueologia é, mais precisamente, uma análise das condições históricas de possibilidades (do *a priori* histórico) que fizeram que determinados enunciados tenham sido possíveis e outros não [...]. Por isso, Foucault, distingue a formação discursiva da unidade de análise [...] do objeto de formalização e da interpretação. O objeto sustenta que a unidade de um conjunto de enunciados, diferentes de sua forma e temperamento dispersos, funda-se no fato de que todos eles se referem a um único e mesmo objeto. Consequentemente, o que nos permite diferenciá-los é o referente e o correlato (Castro, 2009, p. 177).

Regras de formação podem ser compreendidas como, certas “verdades” que se repetem ou se reformam evidenciando aparente ruptura de prática nas políticas institucionais (Foucault, 2011). Não pertencem apenas àquele ou este saber acadêmico, ou outro legitimado (como o religioso por suas designações e seguidores), mas que atravessam e se diluem, formam metástases que vão da medicina, passam ao jurídico, instituições educacionais, hospitalares, prisionais, religiosas, familiares — que mesmo tempo distintas diferenças não alteram o núcleo duro dos princípios institucionais.

A formação discursiva, legitimada em uma época, até certo ponto, ordena um grupo social a um conjunto de regras. Conforme Foucault (1998, p. 74), “[...] frente às políticas locais de poder se fazem revides locais [...]”. É isso que permite que rupturas sejam esgarçadas, contrapoderes se apresentem, formas de luta sejam organizadas ou seja, agenciamentos de forças contrárias ao considerado “verdadeiro” (Foucault, 2001). O regramento social suscita também o seu tensionamento.

Para nos atermos aos nossos objetivos, valemo-nos de uma pesquisa documental (Foucault, 1995) que se serve dos pareceres enquanto obras do passado, possibilitando estabelecer um diálogo sobre concepções pedagógicas. A pesquisa documental, na perspectiva foucaultiana, não toma a fonte como uma verdade absoluta; debruçamo-nos sobre a fonte como uma provocação a inúmeras problematizações.

Gil (2002) pontua que a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental está relacionada à natureza das fontes. Segundo o autor, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (Gil, 2002, p. 44) e “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45).

Nesse afã, tomamos o texto do debate da 26ª *Questão* e procuramos outras informações que com ele dialogassem. Selecionamos pesquisas acerca dos trabalhos realizados por Menezes Vieira e Tobias Leite e sobre o Congresso da Instrução. Sobre o evento, valemo-nos do trabalho de Therezinha Collichio (1987), das Atas e Pareceres do evento¹ e do livro *Instrução e o império* de Moacyr Primitivo (1937). Consideramos a importância de fazer dialogar fontes que se complementam no que se refere à melhor compreensão do documento central que é objeto de nossa análise.

A tese de Verônica Souza sobre a educação de surdos em Aracaju dedica todo um capítulo a Tobias Leite, reconhecendo seu pioneirismo ao propor, no contexto sergipano, a necessidade de educação para os surdos. A tese de Keila Gonzalez analisa o *Manual para os Jardins da Infância* compilado por Menezes Vieira, em 1882. Publicações também de Verônica Souza (2007) e, posteriormente, em coautoria com

¹ Cujas localização e acesso agradecemos à equipe da Biblioteca do INES.

Josineide Santana (2013) debatiam a educação de surdos no século XIX e comparavam as práticas dos dois especialistas.

Cássia Sofiato e Lúcia Reily (2011), ao refletirem sobre Flausino da Gama, detêm-se sobre o personagem Tobias Leite e seu papel na publicação da *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, em 1875. As mesmas pesquisadoras, em artigo de 2012, aproximam a tradução de Flausino com o original francês e comentam, novamente, a relevância de Tobias Leite.

Eliane Vieira (2022), em sua tese sobre Práticas Pedagógicas na Educação de Surdos, no que se refere aos influxos das decisões do Congresso de Milão no INES, reflete sobre a atuação de Tobias Leite como defensor da educação para surdos e aponta Menezes Vieira como o personagem principal para a tradução de Milão no contexto nacional. A publicação de Tiago Santos e Mônica SAVEDRA (2024) detêm-se, especificamente, sobre a relevância da obra *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos*, traduzida por Tobias Leite, ressaltando seus aspectos linguísticos, fonológicos, sintáticos e semânticos.

O conjunto dessas publicações permite-nos avaliar que a 26ª Questão não foi objeto específico de análises, impulsionando-nos a compreender como, naqueles pareceres, Tobias Leite e Menezes Vieira defendem suas perspectivas, a partir de, possivelmente, um desejo comum e próprio à época: educar os surdos. Consideramos necessário conhecermos alguns elementos das biografias dos dois doutores e suas correlações com o que defendem para os surdos. Outra questão que indiretamente nos toca é o fato de que o presente artigo propõe ampliar o horizonte de compreensão das práticas destinadas aos surdos, compreendendo-as no interior de uma *epistême* e com isso com suas aproximações e distanciamentos em relação às práticas pedagógicas vigentes.

2 Ecos do passado: Iluminismo, Empirismo e Educação de Surdos

É bem conhecida a defesa da tese de que os surdos aprendem mais rápido e melhor se a linguagem gestual, ou apenas aos gestos como defendia o abade Charles-Michel de l'Épée (1712-1789), for associada à fala do professor. O abade, vale lembrar, criou um sistema gestual que hoje chamamos de francês sinalizado e que, em seu tempo, denominou sinais metódicos. Seu objetivo principal era de que os surdos fossem capazes de ler, escrever e pudessem ser doutrinados na religião,

demonstrando compreensão da bíblia e textos clássicos, tendo formação moral e, conseqüentemente, salvação-cura da alma. Portanto, a surdez era entendida como obstáculo para ter acesso à Palavra causadora da impossibilidade de confessar os pecados. Observemos que no dogma cristão católico Palavra não é sinônimo apenas de livros sagrados, mas de Jesus Cristo. A formação proposta pelo abade de l'Épée teve a oposição do médico Samuel Heinecke (1727-1790).

Heinecke defendia a articulação sonora (falar) e a leitura dos movimentos labiais. L'Épée e Heinecke trocavam correspondências, defendendo os princípios que norteavam suas opções. Regina Souza (1998) faz uma análise mais detalhada, do ponto de vista linguístico e pedagógico, da posição de ambos. Para Heinecke, a pessoa surda deveria saber falar e se comunicar como um ouvinte, ou seja, preferencialmente, como todos. Anos depois, Alexander Graham Bell (1847-1922) defendia que os surdos deveriam estudar nas escolas de todos e que o professor deveria contar com o auxílio de um codocente, como qualquer cidadão americano.

No que se refere aos estudos sobre qual seria a linguagem “mais apropriada” para os surdos, há de se lembrar aqui que, desde há dois séculos atrás, cientistas eminentes, como Graham Bell, em 1883, mesmo defendendo o oralismo, reconheceram que comunidades surdas poderiam, pela linguagem de sinais, constituir uma cultura e sociedade próprias, civilizadas, de acordo com Itard, quanto uma que se baseasse apenas na fala. A certeza disso era tão grande para Graham Bell, em 1883, que ele fez o que pode para propor ao governo americano medidas eugenistas que impedissem a criação de uma raça surda e sinalizadora (Lane, 1989; Souza, 1998).

Na base dessa premissa está a noção de que uma nação é para todos e que com ela se identificam de modo patriótico. Com essa premissa era necessário que o governo garantisse que uma nação soberana deveria ter um território, uma mesma língua e seus cidadãos submetidos aos mesmos direitos e deveres. Esforço empreendido por Napoleão Bonaparte ao fazer ser aprovado o Código Napoleônico, que, dentre outros aspectos, estabeleceu o casamento consensual e o direito ao voto para os surdos (Souza, 2021).

O movimento político-filosófico que ofereceu princípios — como do Estado ser laico e o direito a todos à educação em língua pátria — foi apropriado pelo movimento que instaurou a primeira república francesa, fortemente norteado pelo

ideário iluminista. Concepções de homem e sociedade passaram por uma profunda ressignificação e impactaram diversos setores sociais, incidindo na educação e, particularmente, naquela ofertada aos surdos enquanto mecanismo de correção da surdez.

Se o Iluminismo dava uma das bases para que todos os sujeitos fossem considerados “cidadãos” ou “parte de um mesmo país”, para terem garantidos direitos legais, como o direito ao voto, uma outra vertente epistemológica lhe conferia adesão, essa de natureza mais pedagógica: o empirismo que tem no abade Sicard (1742-1822) e no médico educador Itard, distintos modos de compreender como deveria o surdo ser escolarizado para terem os mesmos conhecimentos que seus congêneres ouvintes.

A visão que o abade Sicard, sucessor do abade de l'Épée, no Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, possuía do aluno surdo era rousseauniana: a do “bon sauvage” preservado dos vícios da sociedade em seu estado natural. A ideia que fazia da linguagem de sinais não era menos romântica. Era entendida por ele como *produto puro* do funcionamento racional dos sentidos e das representações por si mesmos. Assim constituída, era preservada dos “efeitos corrosivos do tempo” e poderia se tornar numa linguagem universal que uniria “[...] todos os povos numa grande família [...]” (Sicard, 1803, p. XXII). Em um livro publicado em 1803, comparando a aquisição da linguagem e das ideias por parte de crianças ouvintes com as surdas, afirmou:

De fato, as primeiras [ouvintes] aprendem [a linguagem] pelo hábito para se fazerem compreender; as segundas [surdas] aprendem pela análise. *As primeiras passam um grande tempo enunciando palavras sem conectar a elas qualquer ideia* e frequentemente continuam com este hábito por toda a sua vida; as segundas usam *um sinal somente quando elas têm uma ideia para expressar*. As primeiras têm apenas vagas noções tomadas das impressões iniciais, frequentemente errôneas; as segundas são incapazes de se apropriar de quaisquer noções de pessoas a sua volta e se apresentam a quem as instrui com uma mente sempre nova, conhecida como *tabula rasa*, sem nenhuma mescla de ideias heterogêneas previamente comunicadas. Ele [professor] pode convenientemente traçar nesta mente os caracteres que ele deseja imprimir nela [...]. As primeiras [ouvintes] têm pouca compreensão da justeza ou das regras da linguagem que elas falam, ou mesmo de qualquer lei da lógica. As segundas [surdos], com seus sinais, tornam-se bons gramáticos e lógicos precisos (Sicard, 1803, p. XXII-XXIII, grifo nosso).

Os empiristas, como Sicard, se empenharam em analisar minuciosamente as funções e as potencialidades de cada sentido humano e como poderiam ser combinados para amenizar um deles que fosse ausente ou funcionasse de modo

precário, por exemplo, a baixa possibilidade de um sujeito ouvir. Para Sicard, a visão poderia ser combinada com o esquema motor e, por eles, os gestos poderiam ser facilmente analisados pela visão. Ora, essa perspectiva já havia sido demonstrada pelo abade de l'Épée, menos pelos seus sinais metódicos e muito mais pela observação astuta de um afilhado de Sicard, o jovem Auguste Bébien que estudou no Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris (Bertin, 2019). Ora, o médico Jean Itard também era empirista, mas partia de uma outra didática ou metodologia de ensino: seu objetivo era buscar o tratamento da audição — por experimentos dolorosos (sua identidade médica) — e desenvolver um método articulatório onde os surdos aprendessem a falar (assumindo a função de educador). Desde então, medicina e ensino escolar se uniram nas políticas para a educação de surdos (Rezende, 2012), estimulando os sentidos remanescentes para que as cordas vocais se transformassem em uma espécie de instrumento musical de cordas de onde se poderia produzir a musicalidade de uma fala compreensível.

Todavia, um acontecimento deu um giro na história da educação de surdos. Por falta de recursos familiares, Sicard permitiu que Roch-Ambroise Auguste Bébien (1789-1939) estudasse na escola de surdos. Essa era residencial, o que permitiu a Bébien aprender a língua de sinais francesa da época nos momentos informais, fora do quadrado das salas de aula, nos corredores, jogos, em situações informais. Analisando os sinais, ele propôs um tipo de escrita que chamou de mimografia (Lage; Kelman, 2019). Bébien, depois de diplomado, tornou-se professor da escola, tendo estudantes surdos extremamente importantes, pela erudição, como Ferdinand Berthier (1803-1886).

Berthier por suas relações políticas, sensibilidade e recursos constituiu-se como personagem nucleador do que hoje denominamos movimento surdo. Em período monárquico, após o fracasso da primeira república francesa, as discussões políticas eram proibidas. A estratégia utilizada pela resistência francesa surda foi a realização de banquetes, onde assuntos como enfrentamento aos gestores e ouvintes que impunham a oralização eram organizados (Lage; Kelman, 2021). Berthier viajava por todo o país, circulava por países europeus buscando as lideranças surdas e tinha um caderno onde anotava cada nova escola de surdos conquistada. Seu desejo era que o grupo formasse uma espécie de federação mundial, onde os sofrimentos

vividos, as lutas vencidas e as estratégias de confronto fossem organizadas de modo a se espalharem pelo mundo.

Enquanto os dois educadores brasileiros se lançam sobre a questão da educação de surdos, na Europa, emerge nesse período um conceito novo que ganhará vulto num futuro relativamente rápido, chegando a influenciar o Brasil das primeiras décadas do século XX. A eugenia, termo cunhado pelo seu fundador, Francis Galton (1822-1911), em 1883, que significava “bem nascido” em latim, baseada na teoria das degenerescências, fez parte da Constituição Brasileira de 1934, em seu artigo 138 (Silva; Souza, 2018).

Refletindo sobre a relação “leis” e “mudança das práticas sociais”, Souza e Skliar defenderam que as práticas institucionais tendem à manutenção do padrão normativo e a interpretação das leis tende a mantê-las (Skliar; Souza, 2000):

[...] a ordenação jurídica e suas expressões [de cada época] - a Constituição, os decretos etc. - não são neutras mas refletem e refratam as tensões entre os distintos grupos humanos de uma determinada sociedade em um certo momento histórico. Cristalizadas em textos se constituem ferramentas normalizadoras das ações humanas. [...] Caberia assinalar aqui, que é [também] a falta de transparência da língua(gem) e sua natureza simbólica que nos impede entender de modo igual o que chamamos de “realidade”; nos interdita podermos saber quem de fato somos a não ser por um jogo de relações opositivas com outras alteridades. Um jogo múltiplo, sempre aberto, móvel - que engendra diferentes identidades. A alteridade resulta, assim, de uma produção histórica e linguística, da invenção desses outros que não somos, em aparência, nós mesmos, porém que utilizamos para sermos nós mesmos. Isto quer dizer que o negro só pode se narrar negro pressupondo o branco, o amarelo e/ou o vermelho da ordem do político e do simbólico (Skliar; Souza, 2000, p. 262-264).

De fato, a medicina fez da surdez um campo de patologia a ser estudado e do surdo um sujeito que demandava intervenções em seu corpo (Rezende, 2012). Desde a chegada de Itard ao Instituto de Paris, com experiências agressivas destinadas a recuperar a audição, ocasionando o rebaixamento de professores surdos, passando por outros tantos epistemicídios surdos (Rezende, 2022), até os dias atuais em que se concebe o implante coclear e reabilitação, o corpo surdo é tido por muitos como território a ser operado desde uma perspectiva clínica que rompe a perspectiva cultural da comunidade surda, enquanto minoria linguística. Nessa engrenagem articula-se: Medicina e Educação, campo onde a educação formal de surdo deveria acontecer. Um exemplo disso foi a deliberação do Congresso de Paris - Seção dos Ouvintes em que propõe: “Que a ciência médica e a pedagogia, os médicos e professores dos

institutos, prestem-se apoio mútuo para dar continuidade aos estudos de aperfeiçoamentos nos quais pode ser suscetível a educação” (Lacharrière *et al.*, 2013, p. 204).

Partindo das premissas acima, enquanto uma boa parte dos discursos clínicos — normatizadores e normalizadores — sobre a pessoa surda estiverem intervindo na educação, será muito difícil qualquer ruptura com práticas que tendem a ações corretivas ou reabilitadoras nas políticas educacionais inclusivas. A inserção da Libras como um instrumento facilitador para que a pessoa surda fale e/ou inscreva-se em língua portuguesa, tem como efeito narrar a pessoa surda como um ouvinte deficiente, mas brasileiro, inscrevendo-a na aparente homogeneidade da vida societária normal. Dito de outro modo, navegamos no mesmo mar – no mar da normalização fundada na identificação, na classificação e no exame que faz movimentar uma maquinaria articulada de correção, habilitação e reabilitação, para que o sujeito se adeque ao “considerado normal para o ser humano” (Brasil, 1999, Art. 3º). A questão a ser posta é quem decide, e contra quem, esse padrão.

Desde a década de 1970, o idealizado por Itard, na sua mentalidade, foi incrementado pela medicina e suas tecnologias, buscando fazer os surdos ouvirem, ativar a audição como suposta cura. Há quem possa pensar que tais ideias não chegaram ao nosso milênio, mas sim. Em 2003, Ítalo Carvalho, médico, publicou o artigo *Protetização auditiva*, no *Jornal Atualização Científica do Conselho Federal de Medicina*. No artigo se lê:

Desconfiado e sensível, é este o personagem [surdo] com o qual o médico se defronta tentando restituir-lhe o que a natureza retirou – o sentido da audição, sem o qual é impossível qualquer contato verdadeiramente humano. Simpático ou antipático, é uma pessoa que sofre, profundamente, por *tão humilhante patologia*.

Clínica e cirurgicamente nada posso fazer, experimente uma prótese. Este é o único recurso que lhe permitirá, talvez, escapar de sua prisão, opina o médico.

Faltam regras para suscitar a confiança. A surdez acompanha as alterações do caráter. O público ri do deficiente, que inconscientemente perdeu a relação acústica com o mundo exterior - o que se convencionou chamar de Primitive-Level. Cada um deles tem uma patologia própria; conseqüentemente, nenhuma prótese é universal. A dificuldade em protetizar não depende do percentual e do grau da disacusia, mas sim de sua localização anatômica. Seria presunção expor uma solução protética “tipo ideal” para cada categoria de surdez, pois existem múltiplos tipos cujas correções ideais são igualmente múltiplas (Carvalho, 2003, s.p.).

O pensamento de que a surdez se constitui como doença a ser tratada ainda se faz presente em afirmações como a de Albernaz (2015, p. 125):

A surdez profunda é a mais incapacitante das doenças humanas, por isso qualquer coisa que possamos fazer para aliviá-la representa uma grande ajuda. É por isso que, muitas vezes, pacientes que têm resultados relativamente maus com o implante podem se sentir muito beneficiados.

Consideramos que essa retomada histórica procurou perfazer as questões relativas aos métodos utilizados para a educação de surdos e seus vínculos com perspectivas dominantes que compreendiam a necessária adequação dos surdos à condição dos ouvintes. As iniciativas por torna os surdos aptos para falar consideravam a surdez como algo a ser corrigido. Assim, toda a retrospectiva realizada torna-se relevante para nos situarmos diante do objeto de nosso estudo, a saber um documento brasileiro preparado para o Congresso de Instrução de 1883.

Tal percurso nos sugere o quanto as discussões acerca da educação de surdos, vivenciadas no Brasil daquela época, encontram-se numa grande inteligibilidade, fazendo parte de uma regularidade discursiva que se espalhou desde a ascensão da Idade Moderna. Essa compreensão rompe com uma linearidade amplamente naturalizada que credita um progresso histórico sem reconhecer as incidências e recorrências do passado no presente:

Ao estudar a história da emergência das ciências da vida, Foucault, se baseou na noção de epistémé analisando certas recorrências ou uma certa confluência nas verdades legitimadas em uma dada época. Foucault (1992) o filósofo francês se ocupou em analisar as rupturas, ocorridas entre os séculos XVI e XIX, que tornaram possível a emergência do que denominamos pensamento ou prática científica com a criação do HOMEM e da LINGUAGEM enquanto positividade externa ao próprio homem e à linguagem. No estudo das rupturas, Foucault explicita as epistémés, ou estruturas conceituais de cada um dos substratos históricos que esmiúça. Epistémés que funcionam como núcleos densos de discursos que não só definem e relacionam "palavras e coisas" como, em decorrência, definem os objetos do saber e orientam as práticas de investigação filosófica ou científica de uma dada época (Souza, 1998, p. 150).

Para Foucault, são as práticas que demandam discursos jurídicos que as legitimam e que atravessam verticalmente as instituições em um momento histórico dado — se interceptam da família às igrejas, amparados pelos saberes psi ou clínicos — -, distinguindo o verdadeiro do falso (Foucault, 1996). Será demonstrado que, ancorados, na análise do discurso como propõe Foucault, o texto 26ª Questão, que trata da Educação de Surdos-mudos, escrito por dois pareceristas distintos, ambos

médicos, Joaquim Menezes Vieira (1848-1897) e Tobias Rabello Leite (1827-1896), pertencem à mesma formação discursiva.

3 Menezes Vieira e Tobias Leite: biografias e concepções pedagógicas

Tobias Rabelo Leite nasceu em Sergipe, em 1827, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1896. Sua preocupação inicial foi diminuir as mortes decorrentes da falta de conhecimento e de empenho dos órgãos gestores em diminuir a contaminação por falta de saneamento adequado. Fez-se sanitaria, muito preocupado com aspectos de higiene. Em 1844, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e, em seguida, pediu transferência para o Curso de Medicina do Rio de Janeiro. Atuando no Hospital Militar da Misericórdia, foi o primeiro médico a detectar o primeiro caso de febre amarela. No campo político, Tobias Leite era monarquista em tempos de mudança do regime do Brasil para o republicano. Todavia, apesar de sua tendência política, permaneceu muito admirado (Souza; Santana, 2013).

Em rotina administrativa, em 1868, buscando notícias do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Surdos-Mudos e não conseguindo, Fernando Torres, então Ministro do Império, designou-o o chefe da Secção da Secretaria de Estado, para fazer um parecer sobre as condições do estabelecimento. Constatou que não havia ensino e tão somente uma casa que servia de asilo aos surdos, agravado pela crise com os alunos:

[...], o Diretor Manoel de Magalhães Couto foi exonerado e em seu lugar assumiu interinamente o Dr. Tobias, que já atuava na Instituição. Essa interinidade se estendeu até 1872, quando foi nomeado diretor efetivo, permanecendo na função até sua morte, em 1896 (Rocha, 2018, p. 22).

Além de realizar um programa sanitaria no Instituto, onde a sujeira era visível, empenhou-se em constituir uma escola com característica profissionalizante para que, ao deixá-la o estudante surdo pudesse ter ferramentas para se autossustentar economicamente, sem depender da caridade alheia. Argumentava que o objetivo da escola não era formar um erudito, mas prover oficinas, como a horticultura que construiu para o ensino das etapas que envolvia o plantio e a colheita do que se plantasse. Na compreensão de Tobias Leite, num país majoritariamente rural e com agricultura de subsistência, seria importante aprender serviços em que os surdos conseguissem empregabilidade. Também porque muitos surdos eram dessas

áreas e, ao encerrarem a formação, voltariam aptos para a atividade econômica de sua região e/ou de suas famílias possuidoras de pequenas propriedades. Por isso, na 26ª Questão, defenderá a horticultura como forma de profissionalização mais adequada aos surdos. No entanto, tal convicção não o impediu de implementar oficinas profissionalizantes no Instituto, as quais, segundo relatório administrativo do INES de 1876, o movimento “cobria o custo, permitiram o acúmulo de recursos financeiros para os alunos egressos que tivessem atuado nelas e, em diversas ocasiões, deram retorno ao tesouro estatal”; Tobias Leite afirmou que tal resultado positivo era devido “às capacidades dos surdos e a habilidade dos mestres” (Lage; Silva; Santana, 2023, p. 376).

Tobias Leite (1871) preocupava-se também com o aspecto da comunicação dos surdos entre si e com o entorno, majoritariamente ouvinte e falante. Além disso, também estava atento ao fato de que uma pessoa ficava surda por diferentes motivos e em diferentes fases de formação. A postura de Tobias Leite sugere a relevância da comunicação na vida social do surdo. Desta forma, a educação do surdo não poderia se limitar a conhecimentos básicos, necessitando alçar uma profundidade que permitisse aos surdos conviver socialmente.

Por isso, considerou duas possibilidades para a linguagem: ser escrita e vocal artificial. Segundo Tobias Leite:

A preferência entre estas duas linguagens traduz em solo nacional o debate entre as duas escolas da Europa, a alemã e a francesa. Não vem ao caso expôr os argumentos que de parte a parte tem sido apresentados: basta-me dizer que a linguagem escripta é fácil tanto ao surdo-mudo congênito, como ao accidental, e que a linguagem articulada artificial, sendo possível nos segundos, só por excepção o é nos primeiros, e sempre tão imperfeitamente, que só por curiosidade é tolerável (Leite, 1869, p. 5).

Preocupado com a formação de professores, Tobias Leite traduziu livros franceses e publicou edital para implantar Curso Normal no INES, o qual não aconteceu porque “[...] não houve inscritos buscando se habilitar” (Lage; Cruz, 2022, p. 219-220). Dentre os livros traduzidos, destacamos dois. A obra de Jean-Jacques Vallade Gabel (Rocha, 2018, p. 47), traduzida como *Compêndio para o ensino dos mudos* (1863), que teve 500 exemplares enviados para as províncias de MG, SP, PR, GO. O livro *Iconographie des signes faisant partie de l’Enseignement primaire des sourds-muets*, publicado em 1856 pelo professor surdo Pierre Pélissier, cuja tradução teve autoria atribuída a Flausino da Gama (Sofiato; Reily, 2011).

Com relação à primeira obra, em *Ao Leitor*, Tobias Leite apresenta o seguinte argumento:

Não havendo livro algum em portuguez para o ensino dos surdos-mudos, publiquei em 1871 as Lições de Linguagem Escripta, extrahidas do *Methodo pour enseigner aux surds-muets, do venerando professor J.J. Vallade Gabel*. [...] Para melhor corresponder à particular solicitude, que S. Ex. tem manifestado por diversos actos, pela educação dos surdos-mudos, entendi conveniente reunir à parte pratica, que foi publicada nas duas primeiras edições com o titulo de *Lições de Linguagem Escripta* - a parte theorica, que tambem a expensas minhas publiquei em 1874 com o título de *Guia para os Professores Primarios*, e addicionei-lhe as lições de arithmetica e metrologia do respectivo professor do Instituto, formando assim um compêndio (Leite, 1881, p. iv).

Tendo visto um pouco da vida de um dos personagens, passamos a Joaquim Menezes Vieira (1848-1897). Nascido no Maranhão, deslocou-se para a Corte em 1868, com o intuito de estudar medicina, revelando, desde cedo, sua preferência para o magistério, apoiando institutos beneficentes como a *Associação Promotora da Instrução do Rio de Janeiro* (Souza; Santana, 2013).

Quando se faz o levantamento bibliográfico desse autor, quase a totalidade enfatiza seu empenho na criação e expansão de jardins de infância para crianças tanto no Colégio Menezes Vieira como em outros pontos espaços ocupados, inicialmente, mais pelas elites cariocas e tendo como referencial os pressupostos pedagógicos de Friedrich Froebel (1782-1852). Menezes Vieira manteve uma escola para surdos por um curto período, entre 1875 e 1887. Além disso, foi professor de *Linguagem Articulada* em 1883, no Instituto Imperial de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, dirigido por Tobias Leite. O então professor brasileiro, enquanto estava na Europa para compromissos, recebeu o pedido de que estudasse a “palavra articulada” tendo em vista assumir tal cadeira quando de seu retorno ao Brasil. No Primeiro Congresso Internacional de Surdos, realizado em Paris (1889), tem-se o registro da participação do docente. Contudo, Menezes Vieira foi exonerado em 1890. O motivo:

Tobias Leite e Menezes Vieira desentenderam-se a respeito da melhor forma para a educação para surdos terminando com a exoneração do doutor Menezes Vieira do Instituto dos Surdos. Um dos argumentos de Menezes Vieira a respeito da oralização de surdos é que num país de analfabetos pouco adiantaria a alfabetização de surdos (Souza; Santana, 2013, p. 211).

O Método Intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII, divulgado pelos discípulos de Pestalozzi, teve também sua recepção em solo brasileiro, encontrando em Rui Barbosa um defensor. O método valorizava o uso de objetos e a

aplicação de todos os sentidos na produção das ideias, proporcionando um processo que partia do concreto para o abstrato.

As bases filosóficas do método intuitivo, inspiradas nas ideias de Bacon, Locke e Hume, pressupunham que o sujeito nasce como uma tábula rasa na qual, por experiência sensorial e os conhecimentos que nele desperta (dor, prazer, justiça, conforto, civilidade etc.) se compõem a partir da articulação e dos sentidos entre si. Nesse contexto, “[...] linguagem não será, para os iluministas, mais do que um caso particular de representação (e para nós de significação). Para eles, os sentidos, e não a linguagem, eram a fonte de todo conhecimento” (Souza, 1998, p. 133).

Tendo nos aproximado das biografias, iremos considerar agora a análise do texto da *26ª Questão* no contexto do Congresso de Instrução. Nesse sentido, trazemos para o debate alguns pontos específicos dos dois pareceres. Optamos por apresentar como os dois pareceres sugerem tensionamentos singularmente vinculados às biografias e concepções pedagógicas dos dois especialistas.

4 Os tensionamentos da 26ª Questão desde dois pareceres

Ao longo do século XIX, os congressos, das mais diferentes áreas, tornaram-se eventos comuns, caracterizados pelo desejo de unir especialistas nacionais e, preferencialmente, internacionais, para abordar o que era considerado como de maior avanço desde suas práticas e pressupostos teóricos. Por vezes, tornavam-se espaço de consenso, pois, geralmente, ao final, emitia-se um parecer ou deliberações que, a partir daquele contexto eram tidas como inquestionáveis até que noutro evento se pudessem apresentar resultados distintos. Os congressos eram agendados em sintonia às exposições universais, prática também comum que procurava divulgar inovações tecnológicas e culturais.

Fica notória nesses eventos a prática prévia de um programa convocatório como podemos notar na publicação da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 21 de dezembro de 1882, anunciando o evento para junho de 1883. O programa estava dividido em duas grandes seções: 1ª — Instrução primária, secundária e profissional; 2ª — Instrução superior. Os interessados podiam se inscrever para discutir um tema, quase sempre, a partir de perguntas também estabelecidas pela comissão organizadora.

Segundo as *Atas e Pareceres do Congresso da Instrução*, alguns fatores levaram ao cancelamento do evento e sua substituição por uma Exposição Pedagógica que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro, no período de 29 de julho a 30 de setembro. De acordo com Therezinha Collichio (1987, p. 7):

Alguns dias antes da abertura do Congresso da Instrução caiu o Gabinete Conservador e o Ministro do Império Pedro Leão Velloso foi substituído por Francisco Antunes Maciel, liberal representante da Província do Rio Grande do Sul. O recém empossado Ministro Maciel considerou inoportuna a realização do evento, em face das despesas extraordinárias que acarretaria, visto não ser suficiente a verba votada por seu antecessor, e, para espanto da Mesa do Congresso e dos convidados brasileiros e estrangeiros, suspendeu sua realização até que o Legislativo concedesse créditos pedidos, que ainda não estavam legalmente aprovados e autorizasse a abertura do Congresso, que D. Pedro II antecipará à medida legal.

Anterior à dissolução do congresso foi decidida a publicação das atas e pareceres. Tal documento foi publicado em 1884, do qual nos servimos, especificamente, da parte referente à *26ª Questão* - Educação dos surdos-mudos. Portanto, os pareceres de Menezes Vieira e Tobias Leite não foram apresentados oralmente nem discutidos em público, pois na Exposição Pedagógica os objetos eram outros. Os pareceres distinguem-se pelo formato, o primeiro apresenta uma série de reflexões enquanto que Tobias Leite procura responder a cada uma das questões relativas à educação dos surdos.

Menezes Vieira inicia recordando que os surdos passaram séculos sem serem compreendidos como sujeitos educáveis, tornando-se uma realidade recente, ou seja, na segunda metade do século XVI, aquilo que iniciado por Pedro Ponce de Leon se espalhou por diversas regiões: a reabilitação dos surdos pelo aprendizado da escrita. Considerando que o surdo fora recebido “[...] na comunhão dos fallantes e elevado á altura de um verdadeiro agente social. Si assim é, torna-se incontestável a obrigação de desenvolvê-lo, de prepará-lo, de aproveitá-lo para as funções respectivas, isto é, a obrigação de educá-lo” (Vieira, 1884, p. 2).

Nota-se a influência do Iluminismo quando Menezes Vieira (1883) enfatiza barão de Gérando, um ardoroso defensor do treino articulatório, da fala, de ser a linguagem dos sinais empobrecida em relação à fala:

Desde a época em que (diz elle) por um progresso notável e essencial á civilização, nossas sociedades adquiriram o uso da escripta alphabetica empregada exclusivamente para representar a palavra, as linguas falladas tornaram-se o unico meio directo de comunicação entre os homens e de

instrução para cada um deles, meio ao qual subordinam-se todos os outros (Vieira, 1884, p. 2).

Todavia, para Menezes Vieira, a educação até então ofertada no Instituto, gerava improdutividade e onerava o país:

Não é, portanto, um capricho imperial querer a educação desses nossos compatriotas; é um dever imposto pelo pacto nacional, é o pagamento de uma dívida tanto mais sagrada quanto menor afortunado é o credor. Da educação do surdo-mudo resulta a transformação de braços improductivos e talvez perigosos em instrumentos de riqueza nacional. É justamente sob o ponto de vista economico que esta questão é encarada nos Estados-Unidos. Calculado o que a nação despenderia si o surdo-mudo fosse abandonado e o que póde lucrar, deduzidas as despesas com a sua educação, o saldo é animador. No Brazil a educação dos surdos-mudos resente-se do vicio organico da educação em geral (Vieira, 1884, p. 2).

Menezes Vieira recorda a dependência financeira do Colégio fundado por Huet, a assunção da instituição pelo Império, e destaca a reforma feita em 1873 quando se rompe com a perspectiva caritativa e assume-se mais determinadamente a dimensão educacional, elevando o nível dos professores e criando o ensino profissional, passando a gerar fundos (Vieira, 1884). Após tecer elogios à administração de Tobias Leite, Menezes Vieira que visitou institutos de surdos em vários países, afirma que a instituição brasileira permanecia num posicionamento retrógrado ao seguir o plano de ensino, de 1868, do Instituto de Paris o qual adotava como forma geral de comunicação a escrita e destinava o acesso à articulação para poucos estudantes. Em relação ao número de surdos brasileiros, Menezes vale destacar: a) coloca em suspeição irônica — marcada pelo uso do itálico — o gasto dos cofres públicos para poucos em relação à maioria dos brasileiros: “Vejam os que se tem feito no único Instituto do Rio de Janeiro em favor de dez mil surdos-mudos, *que tanto affirma a estatística existirem em todo o paiz [...]*” (Menezes, 1843, p. 2). b) a implantação de oficinas profissionais pode gerar renda ao governo e melhorar a condição dos professores.

Parte, então, para sua argumentação de que não seria necessário ofertar a linguagem articulada a todos os surdos, um recurso gasto sem retorno:

Restituir a uma sociedade de analfabetos alguns surdos-mudos sabendo lêr e escrever de que vale e para que serve? Unicamente produzir nos pais o desgosto por verem perdido o precioso capital de tempo e ao educando dar uma linguagem que poucos comprehendem. Dos alumnos educados no Instituto do Rio de Janeiro quantos ainda conservam a linguagem escripta? Tres ou quatro. Porque os outros abandonaram-n'a? Porque, na sociedade em que vivem, raros sabem lêr e escrever. Claro está, portanto, que o unico

meio de restituir o surdo-mudo á sociedade é dar-lhe uma linguagem que todos compreendam, dar-lhe a linguagem articulada, suprema aspiração do venerando l'Epée (Vieira, 1884, p. 4).

Ao argumento que associa a impossibilidade do surdo de se reabilitar em decorrência do analfabetismo da nação, Menezes Vieira acresce aquele de ordem médica em que se recordam as funções do aparelho auditivo e sua condição dispensável para o aprendizado da fala, pois esse teria por base a visão e o tato. O parecerista enumera as vantagens do método oral, reconhecendo que trata-se de uma tarefa árdua, mas possível. Nesse ponto do parecer ocorre uma confissão por parte de Menezes Vieira, assumindo sua conversão ao método oral. Essa postura era também condizente com as práticas de apresentação de memórias nos congressos do século XIX em que o especialista justapõe questões teóricas e apresenta sua prática como experiência exitosa a ser seguida:

Si os argumentos, si as palavras de um convertido como eu nada valer; se ainda uma vez entender que da velha Europa lhe deve vir a luz, consulte por intermedio das legações as natabilidades que ahi existem nesta materia. O que não convem é continuarmos neste estado de hesitação, de crença e descrença ao mesmo tempo. A aula de leitura sobre os labios e de linguagem articulada, como foi ha dias inaugurada no instituto do Rio de Janeiro, nenhum resultado serio produzirá. É mais uma das nossas phantasmagorias para inglez ver (Vieira, 1884, p. 5).

Menezes aponta para a postura de indecisão quanto ao uso do método oral puro recomendado no Congresso de Milão (1880) e que não teve imediata adoção de forma igual em todos os países, como bem exemplifica o relatório de Tobias Leite, de 1886, ao mostrar a coexistência de métodos na educação de surdos. Experiência também sentida por Menezes Vieira que era professor de Linguagem Articulada no Instituto, levando-o a se desligar da instituição quando, em 1889, foi deliberado internamente que apenas os surdos que tivessem efetivo proveito da articulação seriam matriculados nas disciplinas que a ensinavam (Rocha, 2010). Os efeitos de tal decisão foram deletérios e a aplicação do método articulatório eivada de falhas. Por fim, Vieira encerra seu parecer afirmando a condição de educabilidade do surdo, recomendando ao Estado ofertar a ele a educação primária e sugerindo uma mudança no Instituto do Rio de Janeiro:

O instituto dos surdos-mudos do Brazil corresponderá ao fim para que foi creado, educando por meio da palavra articulada. Para que a educação effectue-se mais rapida e proficuamente convirá tornar evidente: Que a palavra articulada póde ser adquirida pela vista e pelo tacto; Que a leitura

sobre os lábios deve ser ensinada desde os primeiros anos (Vieira, 1884, p. 6).

Ciente dos possíveis efeitos públicos de um congresso, Menezes sugere ainda: que as ideias por ele propostas sejam propagadas pelos vigários; que o método utilizado no instituto seja assumido também pelas escolas primárias; e, que nas escolas primárias se aborde a primeira educação que o surdo deve receber ainda no contexto familiar (Vieira, 1884). Nota-se o desejo de um movimento de expansão da prática pedagógica de um instituto reconhecido como referência. Portanto, a discussão acerca da educação de surdos ideal ganhava contornos de maior publicização.

Eliane Vieira, ao refletir sobre as práticas pedagógicas inspiradas em Milão e sua implantação no Instituto de Surdos-Mudos afirma que:

Analisando a trajetória da educação de surdos implantadas no ISM no período antes e após o Congresso de Milão (1880), ou ainda, durante a gestão de Tobias Leite, compreendo que, apesar do empenho do Professor Menezes Vieira para implantar a disciplina da Linguagem Articulada e levar a palavra a todos os surdos-mudos matriculados no Instituto, o método oral não foi instituído naquele momento (Vieira, 2022, p. 174).

Tobias Leite inicia seu parecer pela recordação de que a educação dos surdos passou da caridade para o vínculo entre educação e empregabilidade dos surdos. Diante do conhecimento do que era realizado em outros países, Tobias Leite sugere avaliar a viabilidade de uma educação para surdos a partir de dados estatísticos, apontando para o desafio de se conseguir informações fidedignas das proporções continentais do país, apesar dos esforços feitos com o envio anual de relatório do instituto para as dioceses onde, naquela época, havia maior possibilidade de registros de dados pessoais. O então diretor do Instituto de Surdos-Mudos lista diversas cartas para religiosos, políticos e médicos em que se notavam os desafios para manutenção da escolarização dos surdos a nível nacional por ausência de informações exatas. Parte, pois, para sugerir que o primeiro passo para se pensar a educação de tais sujeitos no país seria um recenseamento confiável (Leite, 1884).

O diretor reflete sobre cinco questões:

1ª questão - Qual a extensão que se deve dar á instrução de surdos-mudos no Brasil? [...] 2ª questão - Qual o ensino profissional que mais convem - o artístico ou o agrícola? [...] 3ª questão - Quaes as localidades em que convem manter estabelecimentos para a educação de surdos-mudos? [...] 4ª questão - Os estabelecimentos para a educação dos surdos-mudos devem ser mantidos pelo Estado, pelas provincias ou pelas municipalidades? [...] 5ª

19

questão - Não devendo as surdas-mudas ser excluídas do benefício da educação, qual o meio prático de educá-las nos institutos, promiscuamente com os surdos-mudos, ou em estabelecimentos especiais? (Leite, 1884, p. 3-5).

Não nos é informado pelo parecerista os motivos para sua elaboração de tais questões. Parece que não faziam parte de um programa, pois Menezes Vieira não as menciona. Após cada questão, Tobias Leite demonstra seu conhecimento sobre o assunto e, aos moldes da oratória da época, procura apresentar elementos contextualizando a realidade brasileira. Assim, recorda como a quase totalidade de brasileiros surdos era de filhos de pessoas empobrecidas do interior, agricultores, ou da cidade, operários; que a vida do campo seria mais salutar para os surdos; que o aprendizado de ofícios artísticos quase sempre conduzia os surdos à exploração; que o ideal seria os municípios assumirem a educação dos surdos, ressaltando aquilo que era peculiar a cada ente federado e suas mútuas obrigações; constata as dificuldades para se pensar estabelecimentos destinados às pessoas surdas (Leite, 1884). Interessam-nos, pois, as conclusões de Tobias Leite:

- 1º) Que é indispensável fazer desde já a estatística dos surdos-mudos no Brasil, com discriminação das duas espécies - congênitas e accidentaes, e com os esclarecimentos possíveis - quanto aos primeiros, das condições topográficas das localidades, do grau de parentesco dos pais, e de suas profissões; quanto aos segundos, da natureza dos acidentes e da idade que a surdo-mudez se manifestou.
- 2º) Que a educação do surdo-mudo deve limitar-se à primária.
- 3º) Que o ensino agrícola deve ser o preferido para a sua educação profissional.
- 4º) Que o instituto da Corte deve ser mantido para a educação dos surdos-mudos das províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e formar professores para os institutos que devem ser abertos nas províncias.
- 5º) Que a educação de surdos-mudos deve ser um encargo municipal, auxiliado pelo Estado e pelas províncias.
- 6º) Que a educação da surda-muda, não podendo ser dada por hora em internatos, deve ser facilitada pelo meio da difusão de livros elementares e pela sua admissão nas escolas de sexo feminino (Leite, 1884, p. 6).

O ímpeto médico do higienista aparece de imediato ao sugerir que um recenseamento útil deveria atentar para a classificação dos surdos em dois grupos: os congênitos e os acidentais. Acrescenta a isso a preocupação sobre as causas da surdez, os elementos externos e aqueles de ordem genética. Essa compreensão da reabilitação do surdo pela educação desde estágios ou níveis de surdez encontrava respaldo na literatura da época e fazia parte do debate acerca da indicação ou não do uso do método oral puro para alguns surdos. Também entre os líderes surdos na Europa havia esse debate, apontando para uma necessária caracterização da pessoa

surda no que diz respeito à escolha do melhor método de educação. Essa discussão esteve presente nos congressos organizados por surdos no final do século XIX (Rodrigues, 2023).

Num país agrícola e onde o analfabetismo reinava, como já vimos, Tobias Leite considera que a educação dos surdos devia limitar-se ao primário e estar orientada profissionalmente para a agricultura. No que se refere aos subsídios, Tobias Leite pensava o Instituto, situado no Rio de Janeiro como destinado a atender aquele estado e ao Espírito Santo, portanto, sugere a capacitação de profissionais e a expansão da educação de surdos em outros institutos a serem fundados. Nesse sentido, foi elaborado e anunciado o Curso Normal, aquele que não ocorreu porque não obteve interessados. Por fim, restringe a educação de surdos ao acesso a livros elementares para admissão em escolas específicas.

Tobias Leite, portanto, não se pronuncia favorável ao método oral puro, pois considera a importância de se adotar mais de um método, conforme a necessidade do surdo. Além disso, considerava relevante que o educador de surdos pudesse aprender na convivência com os estudantes surdos. Dentro da perspectiva da época e para aquele evento especificamente, Tobias Leite não vislumbrava a educação de surdos enquanto processo que poderia se estender a outros níveis além do primário.

Outrossim, cabe mencionar que, em relação aos métodos, no *Salva-Guarda do Surdo-Mudo Brasileiro*, obra alemã traduzida e publicada por Tobias Leite, em 1876, encontramos que a comunicação com o surdo poderia ser escrita, oral ou por sinais (Leite, 1876). A nota de rodapé a essa afirmação constitui-se como elemento provocador:

A escripta é o meio melhor, e mais geral de communicar com os surdos-mudos. Os poucos que conseguem aprender a palavra articulada, evitam, quando podem, empregar-a pelo esforço que lhes é preciso, e pelo acanhamento que lhes causa a sensação desagradavel que produz na sua voz inevitavelmente gutural. Os Allemães não pensão assim: considerão a palavra articulada como o fim da educação dos surdos-mudos, e de conformidade com essa convicção escreverão o livrinho de que este é imitação. Nós, e comnosco os Americanos e Inglezes, que não temos as razões em que se basêa a pertinencia dos Allemães, procuramos tirar proveito da escripta e da palavra articulada, pois que nosso fim é que o infeliz surdo-mudo se communique com os seus concidadãos pelo meio que lhe fôr mais commodo (Leite, 1876, p. 11).

A nota coloca-nos diante de um apreço pelo aprendizado da língua na sua versão escrita, nenhuma menção ao uso de sinais no instituto e o reconhecimento que

o processo classificatório advinha explicitamente de quase uma década. Enquanto um documento que o surdo portaria durante as viagens pelo Brasil, o *Salva-guarda* funcionaria também como elemento de divulgação dos princípios norteadores da educação pensada para os surdos.

5 Considerações finais

Problematizar as regularidades discursivas que nos atravessam e tendem a normalizar determinadas práticas é um exercício instigante, desafiador e que tem na arqueogenealogia uma possibilidade de nos fazer reconsiderar as práticas do presente. Este artigo trouxe à baila uma série de informações pouco conhecidas pelo público que atua na educação de surdos, apesar de o material específico da 26ª *Questão* já ter sido objeto de análises e estudos. Consideramos que nossa contribuição ao retomar um texto do passado brasileiro constitui-se como movimento que retrospectivamente indaga o presente. Menezes Vieira e Tobias Leite permanecem vidas a serem melhor aprofundadas por outros estudos e os textos do parecer do *Congresso da Instrução*, apesar de seu pequeno volume, pode funcionar como um disparador para outras reflexões sobre as quais não nos detemos aqui, como, direito à educação, ensino e educação profissionalizantes, financiamento público da educação de surdos, levantamento acerca da população de pessoas surdas e surdocegas no Brasil em seus diferentes perfis e se estão e onde estão inscritos nas redes educacionais, expectativas acerca da empregabilidade dos surdos educados. Fios que permitem outras tantas reflexões nesse novelo que é a história da educação de surdos enquanto campo investigativo.

Consideramos que os dois pareceristas encontram-se desde uma mesma perspectiva que é a da necessária reabilitação dos surdos para o adequado convívio social, portanto, estão na mesma formação discursiva, embora na prática discordem do que seja prioritário: a educação global ou o ensino apenas da fala. Ambos atestam as condições de subalternidade vividas pelos surdos no Brasil. Tobias Leite percebia a complexidade de uma educação que deveria envolver os pares linguísticos e a própria participação dos surdos na educação de outros. Notam-se elementos de uma preocupação também relativa à educação pública e que com ela dialoga mais amplamente.

Embora, não se detenham nas questões específicas do campo da saúde, tanto Menezes Vieira quanto Tobias Leite parecem se guiar por uma mesma discursividade que vê o surdo como sujeito a quem, para além da antiga prática caritativa, competia oferecer elemento essencial para seu enquadramento na normalidade da nação: o domínio da língua. Para Menezes Vieira, isso se daria via articulação; para Tobias Leite, também pela escrita e pela apreensão dos sinais.

De modo explícito, preocupava aos congressistas, o aumento e a disseminação da surdez, e por isso também, o higienismo, para além de manter a limpeza sanitária, levaria a uma erradicação paulatina de um de seus efeitos: o aumento do número de surdos julgada transmitida principalmente pela hereditariedade.

A partir dos dois pareceres não se apresentam possibilidades de ruptura em relação à discursividade vigente. O surdo estaria fadado a uma condição de sujeito, que sendo educado, para Menezes Vieira, teria a possibilidade de romper o isolamento social; enquanto, para Tobias Leite, poderia adquirir modos para sua subsistência e empregabilidade. Faz-se necessário recordar aqui que, tratamos de um Brasil que não tinha ainda a educação pública obrigatória para todos, mesmo que procurando ofertar educação para surdos e cegos. Entretanto, Menezes Vieira e Tobias Leite partilham de um mesmo sentimento traduzido nas suas concepções pedagógicas no que tange ao ser surdo, não como diferença linguística, mas como sujeito a ser corrigido, com as inspirações do método intuitivo. Tal perspectiva também não foi estranha à elite surda francesa do final do século XIX, apesar de ela considerar vigorosamente a importância dos sinais na educação de surdos. Assim, temos que o professor e o diretor do Instituto partiam de mesmos pressupostos iluministas e empiristas que consideravam a necessária civilização de todos.

O estudo dos textos parece fazer ecoar em nós algumas questões do presente e sobre as quais não pretendemos encaminhar respostas, ao contrário, desejamos que fomentem outras tantas reflexões. Que orientações filosóficas têm orientado nossas propostas de educação de surdos? Como compreendemos esse sujeito teoricamente e como o tratamos em nossas práticas educacionais? Os avanços das últimas décadas proporcionaram mudanças significativas na vida dos surdos brasileiros ou apenas para um pequeno grupo? Continuamos a repetir práticas excludentes naquilo que delineamos como possível educação bilíngue? Quantas

possibilidades de educação bilíngue precisa um país como o nosso com tanta diversidade de surdos? Que metodologias têm sido praticadas em nossas escolas? Elas possibilitam aos surdos o acesso aos conhecimentos ou apenas à modalidade escrita da língua portuguesa? Temos dados estatísticos atualizados que nos ajudem a atuar junto aos surdos ainda analfabetos? Que perspectivas de Educação de Jovens e Adultos podemos construir para os surdos? Como as atuais políticas têm dialogado com a comunidade surda dos interiores do Brasil? E as surdas? Permanecem ainda como um grupo que experimenta mais que os surdos homens processos de invisibilização e impossibilidades de inserção no mercado de trabalho? Que comunicações temos realizado com práticas de outros países acerca daquilo que pode proporcionar aos surdos uma vida digna num Brasil tão marcado por desigualdades? Que “Menezes Vieiras” e “Tobias Leites” ainda habitam em nossas comunidades a desejar a reabilitação dos surdos? Como um ideário eugenista ainda emerge na atualidade? Como pensar uma educação de surdos dissociada de um repensar a escolarização de forma geral?

A história não se apresenta como lugar de respostas para nosso tempo como um repositório a ser consultado, todavia, ela nos permite entrever as águas profundas sobre as quais vivemos e que não se formaram como ondas momentâneas. Ao contrário, por vezes, aquilo que emerge é justamente o mais profundo que tem nos habitado e se concretizado em nossas práticas pedagógicas. Olhamos para esse passado para nos movermos dele desde as possibilidades que se nos apresentam como linhas de fuga de uma trágica repetição de determinadas discursividades. A leitura de documentos do passado sobre a educação de surdos abre-se para nós como um imenso oceano de potentes reflexões.

O fato dos pareceres serem destinados a um evento geral de instrução reforça a importância de se refletir sobre a educação de surdos desde um conjunto mais amplo que considere também a educação em geral. O desejo de adequação do surdo à sociedade assume diferentes contornos ao longo dos anos e pode, na atualidade, expressar-se até mesmo na forma de busca por uma intervenção que gere “surdos que ouvem”. Do passado da 26ª Questão também nos chega a questão relativa à aplicação de verbas públicas da educação e os mecanismos que permitem até hoje a apropriação de parcela considerável de benefícios por iniciativas privadas que tendem a denunciar um fracasso da educação pública. O corpo surdo permanece como

território violentado por uma série de práticas pedagógicas que ainda consideram a Libras uma língua voltada para o aprendizado de conteúdos pensados e organizados desde a lógica da língua falada majoritariamente no Brasil.

Em síntese, não saímos da episteme da representação: em relação aos surdos, estamos enroscados no século XIX. Quanto mais ele falar e escrever como ouvinte, mas inclusivo e invisível se torna, mais objeto da medicina se faz, movendo uma indústria de implantes próteses que rendem bilhões a empresários. Nas escolas são localizados pelos colegas por necessitar de ajuda de profissionais ligados ao atendimento educacional especializado - outra fatia de mercado que se abre se expande cada vez mais (não há número suficientes de tradutores e intérpretes de Libras-Português) e coloca o docente responsável no dever de fazer dar certo em meio a 20, 30, 40 ou 60 estudantes ouvintes.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Pedro Luiz M. História dos implantes cocleares. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, [S. l.], v. 81, n. 2, p. 124-125, 2015.
- BELL, Alexander Graham. **Memoir**: upon the formation of a deaf variety of the human race. New Haven, CT: National Academy of Sciences, 1883.
- BERTIN, Fabrice. **Auguste Bébien et les Sourds**: le chemin de l'émancipation. Suresnes/Nîmes: INSHEA/Champ Social, 2019. (Recherches).
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 27 abr 2026.
- BRASIL, Congresso da Instrução (1882-1883: Rio de Janeiro, Brazil). **Actas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. Disponível em: <https://jstor.org/stable/community.38770951>. Acesso em: 14 mar 2025.
- CARVALHO, Italo. Protetização auditiva. **Jornal do Conselho Federal de Medicina**. [online] dez/2002-jan/2003, p.13.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COLLICHIO, Therezinha A. F. Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v13n2/v13n2a01.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Tradução do francês por Salma Tannus Muchail. 6. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense: 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. O governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- PROGRAMMA das questões sobre que devem versar as conferencias do Congresso de Instrução Pública, convocado para o 1º de junho do próximo ano. **Gazeta de Notícias**, 21 de dezembro de 1882, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 354, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=4682. Acesso em: 08 mar. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Keila C. A. V. **Concepções de Infância**: Um estudo do *Manual para os Jardins da Infância* do Dr. Menezes Vieira (1882). 2020. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

LACHARRIÈRE, Ladreit *et al.* PARIS. **Congresso Internacional para estudo das questões de educação e de assistência de surdos mudos**. Rio de Janeiro: INES, 2013. (Histórica, v. 5)

LAGE, Aline Lima da Silveira; SILVA, Rosiane F. J.; SANTANA, Altair Fátima B. Ensino profissional e educação para surdos: do passado e de duração. *In*: Gil Felix. (org.). **Trabalho e trabalhadores na América Latina e Caribe**. 1ed. Bremen: El Tiple, 2023, v. 1, p. 367-390. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/6ccad5cb-b7f3-43c0-909b-834366f062d4/content>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LAGE, Aline Lima da Silveira; CRUZ, Maurício R. A formação de professores de surdos no INES: qual o seu lugar na História da Educação Brasileira? *In*: ECAR, Ariadne Lopes; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (org.) **História da educação: formação docente e a relação teoria-prática**. 1ed. São Paulo: FEUSP, 2022, v. 1, p. 213-233.

LAGE, Aline Lima da Silveira; KELMAN, Celeste A. Surdos do mundo inteiro, uni-vos! *In*: SOUZA, Regina Maria de; RODRIGUES, José Raimundo (org.). **Ferdinand Berthier (1803-1886)**: erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para o nosso presente. Curitiba: CRV, 2021. (A história é a de quem conta, narrativas de autores surdos esquecidos pela história, v. 2), p. 117-144.

LAGE, Aline Lima da Silveira. **Professores surdos na Casa dos Surdos**: “Demorou muito, mas voltaram”. 2019. 514 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2019.

LAGE, Aline Lima da Silveira; KELMAN, Celeste A. Mimografia ou dos Rastros da Língua de Sinais como patrimônio cultural. **The ESPecialist**, v. 4, n. 3, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42914>. Acesso em: 08 mar. 2025.

LANE, Harlan. **When the Mind Hears: A History of the Deaf**. New York: Vintage Books, 1989.

LEITE, Tobias Rabelo. **Salva-guarda do surdo-mudo brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H Laemmert, 1876. Disponível em: https://www.avp.pro.br/pluginfile.php/5153/mod_glossary/attachment/625/leite%20salva-guarda%20do%20surdo-mudo%20brasileiro.pdf. Acesso em: 08 mar. 2025.

LEITE, Tobias Rabelo. **Relatório do Director**. Rio de Janeiro: Instituto dos Surdos-Mudos. 1869. [Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/408> Acesso em: 08 mar. 2022.

LEITE, Tobias Rabelo. **Compendio para o ensino dos surdos-mudos**, 3. ed., publicada por ordem do Barão Homem de Mello. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C. 71, 1881.

LEITE, Tobias. **Compendio para o ensino dos surdos-mudos**. Rio de Janeiro: INES, 2012 [1881] (Série Histórica – v. 3).

LEITE, Tobias. 26ª Questão. Educação dos surdos-mudos. *In*: BRASIL, Congresso da

Instrução (1882-1883: Rio de Janeiro, Brazil). **Actas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. Disponível em: <https://jstor.org/stable/community.38770951>. Acesso em: 14 mar 2025.

PRIMITIVO, Moacyr. **Instrução e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil 1854-1888. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Série 5ª Brasileira, vol. 87, Biblioteca Pedagógica Brasileira). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/148/4/87%20T2%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

REZENDE, Patrícia Luiza F. **Implante coclear**: normalização e resistência surda. Curitiba: CRV, 2012.

REZENDE, Patrícia Luiza F. Epistemicídio nas Políticas Públicas em Educação de Surdos. In: APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE PÓS-DOUTORADO, 2022, **Universidade de Campinas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DYDn045EfuU>. Acesso em: 04 mar. 2025.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história**: a indagação de Esmeralda. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

ROCHA, Solange Maria da. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Uma iconografia dos seus 160 anos. Rio de Janeiro: INES, 2018.

RODRIGUES, José Raimundo. **“Educar para a vida e não para a escola”**: a educação desejada nos congressos internacionais de surdos entre 1889 e 1900. 314 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, ES, 2023.

SANTOS, Tiago B.; SAVEDRA, Mônica M. G. Compêndio para o ensino dos surdos-mudos: um olhar historiográfico sobre a descrição da linguagem dos signaes naturais. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CIEFIL, Ano 30, n. 88, p. 113-129, jan./mai.2024.

SKLIAR, Carlos Bernardo; SOUZA, Regina Maria de. O debate sobre as diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação. In: AZEVEDO, José Clóvis de *et al.* **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. da Universidade: UFRGS, 2000. p. 259-276.

SICARD, Roch-Ambroise. **Cours d’instruction d’un sourde-muet de naissance**. 2. ed. Paris: Le Clère, 1803. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k821816.image>. Acesso em: 04 mar. 2025.

SILVA, Morena D. P. da. **Marcas eugênicas na educação de surdos no século XIX**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SILVA, Morena D. P. da; SOUZA, Regina M. de. Erradicação da surdez: a eugenia na escolarização dos surdos no século XIX. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 183–201, 2018. DOI: 10.22196/rp.v20i43.3942. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3942>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SOFIATO, Cássia G.; REILY, Lucia H. “Companheiros de infortúnio”: a educação de “surdos-mudos” e o repetidor Flausino da Gama. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v.16, n. 48, p. 625-812, set./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300006>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, Regina Maria de; RODRIGUES, José Raimundo. **Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para nosso presente**. Curitiba: CRV, 2021. (A história é a de quem conta: narrativas de autores surdos esquecidos pela história, 2)

SOUZA, Verônica dos R. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju**. 2007. 193 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, Salvador, 2007.

SOUZA, Verônica dos R. A Educação dos Surdos no Século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, UFS, v. 1, n. 1, p. 49-56, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2193/1864>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SOUZA, Verônica dos R. M; SANTANA, Josineide Siqueira. Encontros Pedagógicos: Joaquim Menezes e Tobias Leite (1875-1890). **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 43, p. 201-214, 2013.

VALADE-GABEL, Jean-Jacques. **Guie des instituteurs primaires pour commencer L'Éducation des sourds-muets**. Paris: Éditions du Fox, 1863.

VIEIRA, Eliane T. de B. **Práticas Pedagógicas na Educação de Surdos: circuitos de transnacionalização entre documentos-monumentos, regularidades discursivas e contracondutas em questão**. 2022. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2022.

VIEIRA, Menezes. 26ª Questão. Educação dos surdos-mudos. *In*: BRASIL, Congresso da Instrução (1882-1883: Rio de Janeiro, Brazil). **Actas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. Disponível em: <https://jstor.org/stable/community.38770951>. Acesso em: 14 mar 2025.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene M. da C. Revisitar a história da educação de surdos: uma experiência outra em tempos in-esquecíveis. *In*: DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson. **Educação especial e processos inclusivos**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2024. p. 147-177.

MINI BIOGRAFIA

Aline Lima da Silveira Lage

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Educação Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue do INES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos.

E-mail: alinelimaines@gmail.com

José Raimundo Rodrigues

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor da Rede Municipal de Educação de Vitória-ES.

E-mail: educandor@gmail.com

Regina Maria de Souza

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Titular em Educação da Unicamp, na área de Educação de Surdos. Assessora da Federação Nacional de Educação de Surdos (Feneis).

E-mail: resouza@unicamp.br